



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Serviço de Protocolo Geral

Aut. 10.669/16 of. 117 Promulgado

Processo: 9840/2015 Projeto de Lei: 279/2015

Data e Hora: 25/09/2015 17:15:49

Procedência: Vinícius Simões Lei 9036

Dispõe sobre a penalidade a toda e qualquer forma de abandono que atende contra a dignidade e bem-estar do idoso, na forma da presente Lei e em consonância com disposto nos artigos 1º, Inciso III, 226, § 8º, 229 e 230, da Constituição Federal do Brasil de 1988, 3º e 98, da lei federal de nº 10.741 de 2003 e 6º, inciso I, da Lei Orgânica e dá outras providências. Cx 9.18

PROJE

Dispõe sobre a penalidade a toda e qualquer forma de abandono que atende contra a dignidade e bem-estar do idoso, na forma da presente Lei e em consonância com disposto nos artigos 1º, Inciso III, 226, § 8º, 229 e 230, da Constituição Federal do Brasil de 1988, 3º e 98, da lei federal de nº 10.741 de 2003 e 6º, inciso I, da Lei Orgânica e dá outras providências.

Dispõe sobre penalidade a toda e qualquer forma de abandono que atente contra dignidade e bem-estar do idoso, na forma da presente Lei e em consonância com o disposto nos artigos 1º, inciso III, 226, §8º, 229 e 230, da Constituição Federal do Brasil de 1988, 3º e 98, da lei federal de nº 10.741 de 2003 e 6º, inciso I, da Lei Orgânica e dá outras providências.

Art.1º. Ao familiar que promover ou concorrer para a prática de abandono material e imaterial para com o idoso, será aplicada a sanção prevista nesta Lei, sem prejuízo de outras de natureza civil e penal.

Art.2º. Para efeitos desta Lei, considera-se ato de abandono material a inobservância do dever de ajuda e amparo ao idoso que não tiver condições de se manter, e imaterial a violação ao direito à convivência familiar assegurado ao idoso.

Art.3º. O Poder Executivo aplicará multa ao familiar que incorra na prática do ato previsto no artigo 1º multa no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais); cabendo em caso de reincidência, a duplicação deste valor.

Parágrafo Único: A penalidade prevista neste artigo ficará sob regulamentação do Poder Executivo.

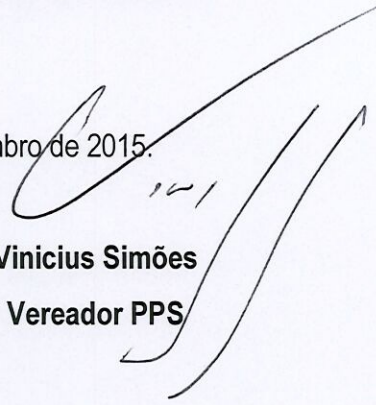
Art.4º. O procedimento para fins de aplicação desta Lei dependerá de comprovação da prática do ato de abandono mediante decisão judicial irrecurável a ser apresentada à autoridade administrativa municipal competente.

Parágrafo único: O agente público municipal, verificada a comprovação de prática do abandono ao idoso, lavrará auto de infração, através do qual será formalizado o competente processo administrativo, assegurada a ampla defesa.

Art.5º. Os valores pecuniários provenientes de multas decorrentes da aplicação desta Lei serão revertidos, em sua totalidade, para criação e manutenção de serviços e programas municipais em favor de idosos em condição de vulnerabilidade.

Art.6º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivacqua, 24 de setembro de 2015.


Vinicius Simões
Vereador PPS

JUSTIFICATIVA

O abandono de idosos é uma realidade no Brasil, pois diariamente, inúmeros deles são deixados nas portas dos asilos por seus familiares, parentes ou, por não disporem de condições de se sustentar nem mesmo recebem amparo material. O pior de tudo isso é que são principalmente os seus filhos que praticam o ato de abandono. Muitas vezes, estes, ao deixarem seus pais em asilos adotam uma desculpa de que mais tarde passarão para pegá-los e nunca mais retornam ou simplesmente desaparecem, desamparando os seus na velhice.

Ao serem abandonados, esses idosos são privados do mínimo para sua subsistência e/ou do convívio familiar, de carinho, de afeto e são obrigados a começar uma nova etapa de vida, com pessoas que nunca viram, cortando suas raízes definitivamente.

Esse fato gera uma enorme tristeza, solidão, sensação de desamparo e, conseqüentemente, culminam com o surgimento de diversas doenças que são agravadas pelo abandono. Dessa forma, torna-se necessária a aplicação de medidas, ainda que administrativas, que coíbam essa atitude tão reprovável e prejudicial aos idosos desta Cidade.

Veja-se que os idosos, ao serem abandonados, sofrem prejuízos incomensuráveis, como dito anteriormente, e os familiares também perdem, pois deixam de aprender um legado de conhecimentos, que deveriam ser passados de geração em geração.

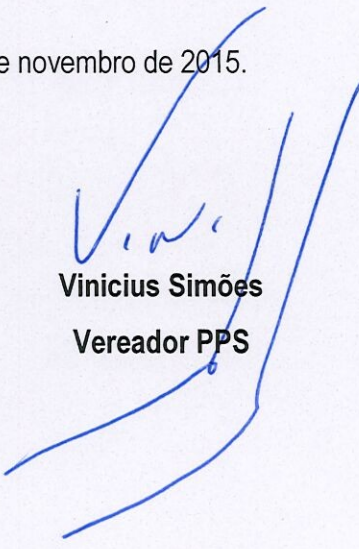
Registre-se que no Brasil, existem leis rígidas que coíbem essa atitude tão reprovável. Entretanto, é imprescindível que os entes federados, como o Município, além de divulgarem tais leis de forma mais eficiente para toda a sociedade, também

criem, dentro dos limites de sua competência, medidas eficazes para combater tais atos que tanto prejudicam os idosos que residem em Vitória.

Ademais, há também que se consignar que a iniciativa de lei ora apresentada não há afronta ao disposto no Estatuto do Idoso, pois se trata de um mecanismo que se soma a ela, ascendente, cônjuge e filho abandonar o idoso continuará a responder criminalmente.

Assim, expostas as razões acima, é que se solicita aos nobres pares desta Casa de Leis que deem pela aprovação desta matéria.

Palácio Atílio Vivácqua, 27 de novembro de 2015.


Vinicius Simões
Vereador PPS



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
9840	05	<i>[assinatura]</i>



AO DELY
PARA PROVIDENCIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Em 25-09-2015

Terezinha de Jesus Nascimento
Matr. 378
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em *29 / 09 / 15*

[assinatura]
DIRETOR

INCLUA-SE EM PAUTA PARA
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em *29 / 09 / 15*

[assinatura]
Presidente da Câmara

PAUTADO EM 1ª DISCUSSÃO

Em *30 / 09 / 15*

[assinatura]
PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 2ª DISCUSSÃO

Em *01 / 10 / 15*

[assinatura]
PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 3ª DISCUSSÃO

Em *06 / 10 / 15*

[assinatura]
PRESIDENTE DA CÂMARA

AO S.A.C (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES)
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO
ÀS COMISSÕES ABAIXO

- 1) JUSTIÇA
- 2) Finanças
- 3) Cidadania e Direitos Humanos
- 4) _____

EM 08/10/2015

DIRETOR DEI



Sullivan Manola
Diretor do Depto. Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ao Sr Vereador _____

para relatar

Em 03/11/2015

Presidente



Devany Ferreira
Vereador - PRB
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Ao SAC

PARA AJUSTAR JUSTIFICATIVA

24/11/2015

Ao Vereador Vinícius Simões, autor do
referido processo, para conhecimento e providências
conforme o despacho acima.



Ana Maria Moreira
Coord. Sala de Comissões
Matr.: 4069
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Em 24/11/2015



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA	PROF.		
9840	06	P	

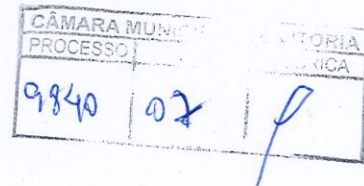
Em cumprimento ao despacho de fl. 05 verso, para valer a justificativa, adequando esta à iniciativa de lei, portanto, anexado o ementa material.

Em 30.11.2015.

INDICUS SNIÇOS
VEREADOR. PPS

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FABRICIO
GANDINI
VEREADOR



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei: 279/15

Processo: 9840/15

Autor: Vinicius Simões

Ementa: "Dispõe sobre a penalidade a toda e qualquer forma de abandono que atente contra a dignidade e bem-estar do idoso, na forma da presente Lei e em consonância com o disposto nos artigos 1º, inciso III, 226, §8º, 229 e 230, da Constituição Federal do Brasil de 1988, 3º e 98, da Lei Federal de nº 10.741 de 2003 e 6º, inciso I, da Lei Orgânica e dá outras providências".

I - RELATÓRIO

De autoria do Vereador Vinicius Simões, o referido Projeto de Lei dispõe sobre a penalidade a toda e qualquer forma de abandono que atente contra a dignidade e bem-estar do idoso, na forma da presente Lei e em consonância com o disposto nos artigos 1º, inciso III, 226, §8º, 229 e 230, da Constituição Federal do Brasil de 1988, 3º e 98, da Lei Federal de nº 10.741 de 2003 e 6º, inciso I, da Lei Orgânica e dá outras providências.

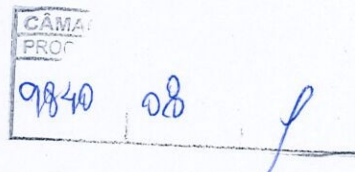
Em atendimento ao disposto no artigo 202 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a propositura esteve em pauta por três sessões ordinárias, sem apresentação de emenda, e foi recebida em nosso gabinete para emissão de parecer.

Gabinete do Vereador Fabrício Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788
Bento Ferreira Vitória - ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: 3334-4532

www.fabriciogandini.com.br [www.twitter.com/fgandini](https://twitter.com/fgandini) www.facebook.com/fgandini administrativo@fabriciogandini.com.br

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FABRICIO
GANDINI
VEREADOR



II - PARECER DO RELATOR

O referido projeto, de iniciativa do Vereador, de acordo com o artigo 182 da Resolução 1919/14, tem como objetivo somar ao que está disposto no Estatuto do Idoso.

Após análise técnica especializada quanto aos aspectos legais da proposição no sentido de que a mesma encontra-se de acordo com os ditames constitucionais e legais pertinentes à matéria e, em atendimento ao art. 61 da Resolução 1919/14, opinamos pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** do Projeto de Lei nº 279/15.

É o parecer.

PALÁCIO ATÍLIO VIVACQUA, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

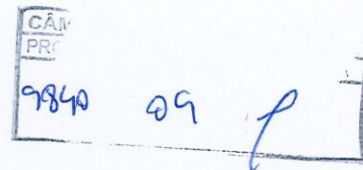
Fabício Gandini
Vereador - PPS
Comissão de Justiça - Relator

Gabinete do Vereador Fabrício Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788
Bento Ferreira Vitória - ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: 3334-4532

www.fabriciogandini.com.br [www.twitter.com/fgandini](https://twitter.com/fgandini) www.facebook.com/fgandini administrativo@fabriciogandini.com.br

Matéria : Processo nº 9840/2015 PL 279/2015
Autoria : Relator Vereador Fabricio Gandini

Reunião : 4º Sessão da Comissão de Justiça
Data : 19/02/2016 - 10:51:48 às 10:52:20
Tipo : Nominal
Turno : Parecer
Quorum :
Total de Presentes : 3 Parlamentares



N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
7	Fabrício Gandini	PPS	Sim	10:52:05
23	Rogerinho	PHS	Sim	10:52:14
21	Vinicius Simões	PPS	Sim	10:52:13

Totais da Votação:

SIM 3 NÃO 0

TOTAL
3

PRESIDENTE

SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE		
Processo	Folha	Rubrica
9840	10	

REFERENTE AO PROCESSO 9840/15 - PL 279/15 - Autor: Vinícius Simões.

AO VENERANDO NUNCA DA LUTA PARA DESIGNAR REBELA
NA COMISSÃO FINANÇAS DESDE O ART 77, IV DO RJ.

em 24/02/15

Ana Marta Moreira
Coord. Sala de Comissões
Matr.: 4069
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

AO VEREADOR REINALDO BOLÃO PARA RELATAR A
PRESENTE MATÉRIA.

Em 29/02/2016

Max da Mata
Vereador - PSD
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

COMISSÃO DE FINANÇAS

Processo n.º 9840/2015

Projeto de Lei n.º 279/2015

Procedência: Vereador Vinicius Simões

Ementa: “Dispõe sobre a penalidade a toda e qualquer forma de abandono que atende contra a dignidade e bem-estar do idoso, na forma da presente Lei e em consonância com disposto nos artigos 1º, Inciso III, 226, § 8º, 229 e 230, da Constituição Federal do Brasil de 1988, 3º e 98, da lei federal de nº 10.741 de 2003 e 6º, inciso I, da Lei Orgânica e dá outras providências”.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 279/2015, nos termos regimentais, foi incluído no expediente em 29/09/2015, sendo determinada sua inclusão em pauta para discussão especial nesta mesma data.

Esteve pautado para 1ª discussão em 30/09/2015, 2ª discussão em 01/10/2015 e 3ª discussão em 06/10/2015, não tendo recebido emendas ou substitutivos.

Ato contínuo, a propositura foi encaminhada à Comissão de Justiça, Serviço Público e Redação, ocasião em que o Vereador Relator, Fabrício Gandini, emitiu parecer pela constitucionalidade e legalidade da matéria, parecer este que foi aprovado na Comissão.

Por conseguinte, os autos vieram à Comissão de Finanças para análise da matéria e emissão de parecer.

É o breve relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Insta salientar, a priori, que o respectivo Projeto de Lei encontra-se de acordo com os dispositivos regimentais desta Casa de Leis, tendo sido a matéria discutida e apreciada preliminarmente, tendo recebido emenda.

Oportuno salientar que as emendas ainda poderão ser apresentadas, conforme preceitua a inteligência do artigo 225 do Regimento Interno, tempestivamente em Plenário até a fase de discussão da matéria.

Feitas as considerações iniciais, passaremos a uma análise quanto às questões inerentes à Comissão de Finanças, em especial no tocante a compatibilidade ou adequação de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou despesa pública, com o Plano

Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, na forma do art. 62, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória.

Neste contexto, salientamos que a proposição em voga é de simples entendimento, não nos manifestando sobre seu mérito, que será matéria de análise pelas Comissões competentes desta Egrégia Casa de Leis, todavia, não podemos deixar de desatacar que a matéria é de grande importância, principalmente pelo fato de instituir mecanismos para punir o familiar que promover ou concorrer para a prática de abandono material e imaterial para com o idoso.

Já no tocante ao eventual impacto financeiro que o presente Projeto poderá gerar para o Executivo Municipal, insta salientarmos que possíveis despesas evidentemente poderão ser compensadas com a arrecadação da multa a ser aplicada em face do agressor, valores estes que serão revertidos, em sua totalidade, para criação e manutenção de serviços e programas municipais em favor de idosos em condição de vulnerabilidade.

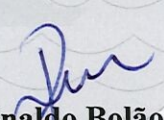
Assim, sendo, não poderia este Relator manifestar-se de outra forma, senão pela aprovação do Projeto de Lei nº 279/2015.

III – VOTO DO RELATOR

Pelo exposto, bem como por todos os motivos já elencados, opinamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.º 279/2015.

S.M.J., é o parecer.

Palácio Atílio Vivacqua, 04 de março de 2016.


Reinaldo Bolão
Vereador- PT
Comissão de Finanças - Relator

Matéria : FINANÇAS - PARECER 9840/2015 / PL 279/2015

Autoria : RELATOR - VEREADOR REINALDO BOLÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITORIA		
Processo	Feixa	Rubrica
9840	13	

Reunião : COMISSÃO DE FINANÇAS
Data : 16/03/2016 - 15:16:22 às 15:17:20
Tipo : Nominal
Turno : Parecer
Quorum :
Total de Presentes : 3 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
9	Max da Mata	PSD	Sim	15:17:08
12	Reinaldo Bolão	PT	Sim	15:17:16
21	Vinicius Simões	PPS	Sim	15:17:09

<u>Totais da Votação :</u>	SIM	NÃO	TOTAL
	3	0	3

Max da Mata
PRESIDENTE

SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Revisão
9840	14	2

REFERENTE AO PROCESSO 9840/15- PL 279/15- Autor: Vinícius Lima.

Ao Vereador Wanderson Marinho para designar Relator
na Comissão Direitos Humanos e Cidadania obedecendo o
Art. 77, IV do RI.

em 24/02/16

Ana Marta Moreira
Coord. Sala de Comissões
Matr.: 4069
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Ao Vereador Marcelão,
para relatar a matéria.

Em, 07/03/16



Wanderson Marinho
Comissão de Direitos
Humanos e Cidadania
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Fecha	Rubrica
9840	18	

Vereador
Marcelão

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Projeto de Lei nº 279/2015

Processo nº 9840/2015

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereador Vinícius Simões que dispõe sobre a instituição de penalidades a toda e qualquer forma de abandono que atente à dignidade e bem-estar dos idosos, no âmbito da Cidade de Vitória, além de dar outras providências.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela constitucionalidade e legalidade da matéria, entendendo não haver qualquer vício na proposta apresentada, segundo entendimento do Vereador Fabrício Gandini.

O processo foi recebido em nosso gabinete para a emissão de parecer pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, nos termos do art. 73 do Novo Regimento Interno.

É o relatório.

II – PARECER DO RELATOR

A matéria ora em exame pretende, conforme já dito acima, estabelecer uma política municipal que puna os casos de abandono e maus-tratos contra pessoas idosas, nos termos especificados na proposta legislativa, com os quais concordamos e opinamos pela aprovação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Fecha	Rubrica
9840	16	

Vereador
Marcelão

Ademais, convém destacar que a Comissão de Constituição e Justiça já opinou pela legalidade e constitucionalidade da proposta em comento, dando a esta Comissão maior segurança jurídica acerca do projeto.

III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendendo, S.M.J., ter o Projeto de Lei nº 279/2015 cumprido os requisitos legais, além de caminhar no sentido de dar maior eficácia a princípio constitucional e a garantias básicas dos cidadãos, opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Palácio Atilio Vivacqua, em 18 de abril de 2016.


Marcelo Santos Freitas – Marcelão
Vereador – PT



Matéria : Dir. Hum. Processo nº 9840/2015 - PL 279/2015
Autoria : Relator: Vereador Marcelão

Reunião :
Data :
Tipo :
Turno :
Quorum :

Comissão de Direitos Humanos e Cidadania
17/05/2016 - 14:34:41 às 14:35:23
Nominal
Parecer

Câmara Municipal de Vitória		
	Assinatura	Rubrica
9840	17	F

Total de Presentes : 2 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar
19	Marcelão
20	Wanderson Marinho

Partido	Voto
PT	Sim
PSC	Sim

Horário
14:35:18
14:35:18

Totais da Votação :

SIM	NÃO
2	0

TOTAL
2



PRESIDENTE

SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
9840	18	B

O Processo tramitou concomitantemente de acordo com o art. 609, 3º do RI

Pareceres das Comissões
Justiça: Pela Constitucionalidade
Finanças: Pela Aprovação
Direitos Humanos e Cidadania: Pela Aprovação

Ao Sr. (a): Rita Ratti
Para providenciar a extração do avulso.

Em 17/05/18

Sr. Diretor, devidamente providenciado.
Em, 19 / 05 / 18

Gabriela Rinda Gomes
ASSINATURA


Kiany Ferreira Damascena Silva
Coordenadora das Comissões
Matr.: 6553
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
9840	19	J

Câmara Municipal de Vitória
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

125/2016

PROCESSO	9840/2015
PROJETO DE LEI	279/2015
EMENTA	Dispõe sobre a penalidade a toda e qualquer forma de abandono que atende contra a dignidade e bem-estar do idoso, na forma da presente Lei e em consonância com disposto nos artigos 1º, Inciso III, 226, § 8º, 229 e 230, da Constituição Federal do Brasil de 1988, 3º e 98, da lei federal de nº 10.741 de 2003 e 6º, Inciso I, da Lei Orgânica e dá outras providências.
INICIATIVA	Vinicius Simões
PARECER	Pela Comissão de Constituição e Justiça – Pela Constitucionalidade. Pela Comissão de Finanças – Pela Aprovação. Pela Comissão do Direitos Humanos – Pela Aprovação.



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
9840	20	g

INCLUA-SE EM PAUTA DA ORDEM DO DIA

EM, 3 / 8 / 16

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA
AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO

Em, 3 / 8 / 20 16

Presidente da CMV

Ao Sr.(Sra.), Cleizeli
Para extração do Autógrafo de Lei e
encaminhamento ao Executivo Municipal.

Em, 19 / 08 / 20 16

Diretor DEL

Sr. Diretor
Providenciado a extração do autógrafo
de Lei de que trata o presente processo
nesta data.

Em, 25 / 08 / 20 16

Matéria : Projeto de Lei nº 279/2015

Autoria : ~~Fabício Gandini~~

VINÍCIOS

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
9840	21	CA

Reunião :

74º Sessão Ordinária

Data :

03/08/2016 - 16:12:46 às 16:13:36

Tipo :

Nominal

Turno :

Ata

Quorum :

Total de Presentes : 12 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Sim	16:13:28
22	Devanir Ferreira	PRB	Não Votou	
7	Fabício Gandini	PPS	Sim	16:13:08
8	Luisinho	PDT	Sim	16:13:25
18	Luiz Emanuel	PPS	Sim	16:13:12
19	Marcelão	PT	Sim	16:13:29
9	Max da Mata	PDT	Sim	16:13:02
10	Namy Chequer	PC do B	Não Votou	
11	Neuzinha	PSDB	Não Votou	
12	Reinaldo Bolão	PT	Sim	16:13:31
23	Rogerinho	PHS	Sim	16:13:24
13	Sérgio Magalhães	PTB	Não Votou	
21	Vinicius Simões	PPS	Sim	16:12:50
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	16:12:58
15	Zezito Maio	PMDB	Sim	16:13:21

Totais da Votação :

SIM

NÃO

TOTAL

11

0

11

PRESIDENTE

SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
9840	22	CA

OF.PRE. AUT. Nº 117

Vitória, 25 de agosto de 2016.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a V. Exa. o **Autógrafo de Lei nº 10.669/2016**, referente ao **Projeto de Lei nº 279/2015**, de autoria do Vereador **Vinícius Simões**, aprovado em Sessão Ordinária realizada no dia 03 de agosto de 2016. Aplica-se o disposto no Art. 1º da Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro¹.

Atenciosamente,

Namy Chequer Bou Habib Filho
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA

Proc. Nº 9840/2015 – CMV
SM/CVSP

Processo: **5347619/2016** Prioridade: **EXPRESSA**
Data: 31/08/2016 Hora: 16:57
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL
Assunto: AUTÓGRAFO DE LEI

Documento: OFICIO - 117
Destino: **SEGOV/SUB-RI**
Volume: 01/01



¹ Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
9840	23	CA

AUTÓGRAFO DE LEI N° 10.669

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei n° 279/2015**, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

Dispõe sobre a penalidade de toda e qualquer forma de abandono que atente contra dignidade e bem-estar do idoso, na forma da presente Lei e em consonância com o disposto nos artigos 1°, inciso III, 226, §8°, 229 e 230 da Constituição Federal do Brasil de 1988, artigos 3° e 98 da Lei Federal n° 10.741, 01 de outubro de 2003, e 6°, inciso I da Lei Orgânica.

Art. 1°. Ao familiar que promover ou concorrer para a prática de abandono material e imaterial para com o idoso, será aplicada a sanção prevista nesta Lei, sem prejuízo de outras de natureza civil e penal.

Art. 2°. Para efeitos desta Lei, considera-se ato de abandono material a inobservância do dever de ajuda e amparo ao idoso que não tiver condições de se manter, e imaterial a violação ao direito à convivência familiar assegurado ao idoso.

Art. 3°. O Poder Executivo aplicará multa ao familiar que incorra na prática do ato previsto no artigo 1° multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cabendo em caso de reincidência, a duplicação deste valor.

Parágrafo único. A penalidade prevista neste artigo ficará sob regulamentação do Poder Executivo.



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
9840	24	A

Art. 4º. O procedimento para fins de aplicação desta Lei dependerá de comprovação da prática do ato de abandono mediante decisão judicial irrecorrível a ser apresentada à autoridade administrativa municipal competente.

Parágrafo único. O agente público municipal, verificada a comprovação de prática do abandono ao idoso, lavrará auto de infração, através do qual será formalizado o competente processo administrativo, assegurada a ampla defesa.

Art. 5º. Os valores pecuniários provenientes de multas decorrentes da aplicação desta Lei serão revertidos, em sua totalidade, para criação de manutenção de serviços e programas municipais em favor de idosos em condição de vulnerabilidade.

Art. 6º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivacqua, 25 de agosto de 2016.

Namy Chequer Bou Habib Filho
PRESIDENTE

Davi Esmael Menezes de Almeida
1º SECRETÁRIO

Neuza de Oliveira
2º SECRETÁRIO

José Francisco Maio Filho
3º SECRETÁRIO




CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
9840	25	gb

Transcorrido, IN ALBIS, o prazo de Sanção, Veto e promulgação por parte do Prefeito municipal, encaminhe-se a presente proposição ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vitória para fins de promulgação e publicação da Lei, na forma que dispõe o § 7º do Art. 88 da Lei Orgânica do Município.

Em 07/10/2016


Silvana Mariola
Diretor do Depto. Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA


Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em, 24/10/2016

Ana Carolina A.
ASSINATURA



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
9840	26	d

CMV/DEL Publicado no Diário Oficial Legislativo Municipal/ES de: <u>24 / 10 / 2016.</u>  _____ Rubrica
--

Câmara Municipal de Vitória

Estado do Espírito Santo

LEI Nº 9.036

Dispõe sobre a penalidade de toda e qualquer forma de abandono que atente contra dignidade e bem-estar do idoso, na forma da presente Lei e em consonância com o disposto nos artigos 1º, inciso III, 226, §8º, 229 e 230 da Constituição Federal do Brasil de 1988, artigos 3º e 98 da Lei Federal nº 10.741, 01 de outubro de 2003, e 6º, inciso I da Lei Orgânica.

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1º. Ao familiar que promover ou concorrer para a prática de abandono material e imaterial para com o idoso, será aplicada a sanção prevista nesta Lei, sem prejuízo de outras de natureza civil e penal.

Art. 2º. Para efeitos desta Lei, considera-se ato de abandono material a inobservância do dever de ajuda e amparo ao idoso que não tiver condições de se manter, e imaterial a violação ao direito à convivência familiar assegurado ao idoso.

Art. 3º. O Poder Executivo aplicará multa ao familiar que incorra na prática do ato previsto no artigo 1º multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cabendo em caso de reincidência, a duplicação deste valor.

Parágrafo único. A penalidade prevista neste artigo ficará sob regulamentação do Poder Executivo.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITORIA		
Processo	Folha	Rubrica
0940	27	d

Art. 4º. O procedimento para fins de aplicação desta Lei dependerá de comprovação da prática do ato de abandono mediante decisão judicial irrecorrível a ser apresentada à autoridade administrativa municipal competente.

Parágrafo único. O agente público municipal, verificada a comprovação de prática do abandono ao idoso, lavrará auto de infração, através do qual será formalizado o competente processo administrativo, assegurada a ampla defesa.

Art. 5º. Os valores pecuniários provenientes de multas decorrentes da aplicação desta Lei serão revertidos, em sua totalidade, para criação de manutenção de serviços e programas municipais em favor de idosos em condição de vulnerabilidade.

Art. 6º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Palácio Attílio Vivácqua, 20 de outubro de 2016.

Namy Chequer Bou Habib Filho
PRESIDENTE



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Vitória

Edição: 480 Ano IV

Vitória (ES), Segunda-Feira, 24 de Outubro de 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
0840	28	

www.cmv.es.gov.br/diario

Ambiente da Constituição Federal de 1988 (Art. 225), formação paralela em psicoterapias, ecologia de beija flores, ecologia florestal, com várias contribuições e serviços prestados à sociedade civil, Conselheiro no Conselho Estadual de Meio Ambiente e de Saúde, co-autor do PES – Projeto de Educação Sanitária e autor do PERI – Projeto de Educação para Recursos Hídricos, ambos da CESAÑ, autor do Projeto de criação da Unidade de Conservação Marinha de Santa Cruz.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio Attílio Vivácqua, 20 de outubro de 2016.

Namy Chequer Bou Habib Filho

PRESIDENTE

LEI Nº 9.036

Dispõe sobre a penalidade de toda e qualquer forma de abandono que atente contra dignidade e bem-estar do idoso, na forma da presente Lei e em consonância com o disposto nos artigos 1º, inciso III, 226, §8º, 229 e 230 da Constituição Federal do Brasil de 1988, artigos 3º e 98 da Lei Federal nº 10.741, 01 de outubro de 2003, e 6º, inciso I da Lei Orgânica.

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1º. Ao familiar que promover ou concorrer para a prática de abandono material e imaterial para com o idoso, será aplicada a sanção prevista nesta Lei, sem prejuízo de outras de natureza civil e penal.

Art. 2º. Para efeitos desta Lei, considera-se ato de abandono material a inobservância do dever de ajuda e amparo ao idoso que não tiver condições de se manter, e imaterial a violação ao direito à convivência familiar assegurado ao idoso.

Art. 3º. O Poder Executivo aplicará multa ao familiar que incorra na prática do ato previsto no artigo 1º multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cabendo em caso de reincidência, a duplicação deste valor.

Parágrafo único. A penalidade prevista neste artigo ficará sob



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Vitória

Edição: 480 Ano IV

Vitória (ES), Segunda-Feira, 24 de Outubro de 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
9840	29	q

www.cmv.es.gov.br/diario

regulamentação do Poder Executivo.

Art. 4º. O procedimento para fins de aplicação desta Lei dependerá de comprovação da prática do ato de abandono mediante decisão judicial irreversível a ser apresentada à autoridade administrativa municipal competente.

Parágrafo único. O agente público municipal, verificada a comprovação de prática do abandono ao idoso, lavrará auto de infração, através do qual será formalizado o competente processo administrativo, assegurada a ampla defesa.

Art. 5º. Os valores pecuniários provenientes de multas decorrentes da aplicação desta Lei serão revertidos, em sua totalidade, para criação de manutenção de serviços e programas municipais em favor de idosos em condição de vulnerabilidade.

Art. 6º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Palácio Attílio Vivacqua, 20 de outubro de 2016.

Namy Chequer Bou Habib Filho

PRESIDENTE

COMISSÕES

Processo que foi votado e julgado como inconstitucional na reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, realizada no dia 20 de outubro de 2016:

Processo: 3441/2016 – PL 105/2016 – Autor: Vereador Rogerinho Pinheiro.

Expediente:

Presidente: Namy Chequer Bou Habib Filho

Diretor Geral: Rubens Sergio Rasseli

Responsável pela Publicação: Carlos Eduardo Louredo de Freitas

ESTE É O FINAL DESTA PUBLICAÇÃO



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
0840	30	d

OF.PRE.ENC.LEIS Nº 054

Vitória, 26 de outubro de 2016.

Assunto: **LEI PROMULGADA**

Senhor Prefeito,

Encaminho a V. Exa. à **Lei Promulgada nº 9.036/2016**, referente ao **Projeto de Lei nº 279/2015**, de autoria do Vereador **Vinicius Simões**, publicada no Diário Oficial Legislativo Municipal de 24 de outubro de 2016.

Atenciosamente,

Namy Chequer Bou Habib Filho
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA

RECEBIDO em 31/10/16
17h38


Vinicius Patricio Oliveira
Assistente Administrativo
Mat. 612348
SEGOV/GDO



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
9840	31	<input checked="" type="checkbox"/>

Sr. Diretor

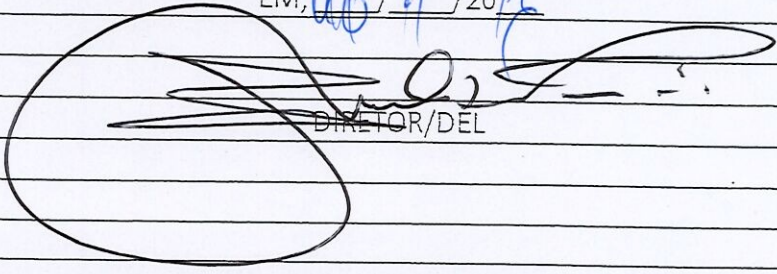
Encaminhamento para expediente externo

A Lei Promulgada nº 9.036/16

Em, 08 / 11 / 20 16

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE EXTERNO

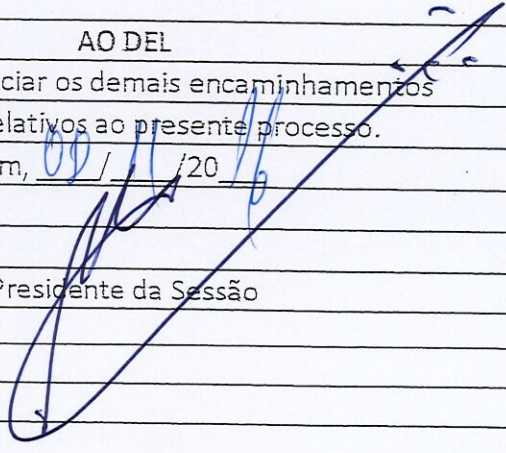
EM, 08 / 11 / 20 16


DIRETOR/DEL

AO DEL

Para providenciar os demais encaminhamentos
regimentais relativos ao presente processo.

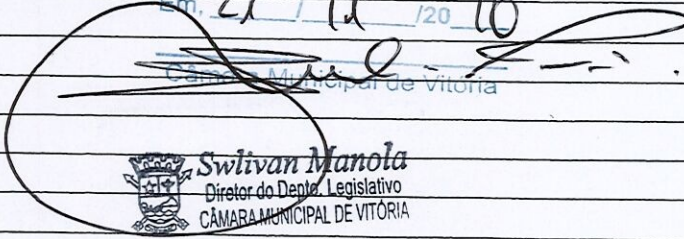
Em, 08 / 11 / 20 16


Presidente da Sessão

ARQUIVE-SE

Em, 21 / 11 / 20 16




Swtivan Manola
Diretor do Depto. Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA